

DUX COMPANY S.A.

CNPJ nº 31.112.243/0001-45 - NIRE 35.300.655.664

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2025

1. **Data, hora e local:** No dia 20 de maio de 2025, às 10:00 horas, na sede social da **DUX COMPANY S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Wisard, nº 305, 7º, 8º e 9º andares, Vila Madalena, CEP 05434-080 (**"Sociedade"**). 2. **Composição da Mesa:** Presidente: Marcelo Magalhães Castro Boaventura Pacifico; e Secretário: Fábio Moraes Kann. 3. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia, em face da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade, quais sejam, (i) **MARCELO MAGALHÃES CASTRO BOAVENTURA PACÍFICO**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 46.005.880-0 (SSP/SP) e inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda (**"CPF/MF"**) sob o nº 370.699.328-71, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Judite, nº 61, apartamento 03, Vila Madalena, CEP 05445-060 (**"Marcelo"**); (ii) **LUCAS FORNAZA BARHUM**, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 46.299.902-6 (SSP/SP) e inscrito no CPF sob o nº 340.060.178-04, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Mariana Correa, nº 280, Jardim Paulistano, CEP 01444-000 (**"Lucas"**); (iii) **KEVIN BERGWERK BANACH**, brasileiro, em união estável, em regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 37.750.408 (SSP/SP) e inscrito no CPF sob o nº 367.987.498-79, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Melo Alves, nº 560, Cerqueira César, CEP 01417-010 (**"Kevin"**); e (iv) **XP Private Equity II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, inscrito no CNPJ sob o nº 46.153.324/0001-60, administrador pela XP PE Gestão de Recursos Ltda., instituição devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Sul, 30º andar, CEP 04543-907, inscrita no CNPJ sob o nº 36.445.381/0001-60 (**"XP Private Equity II FIP"**) e, em conjunto com Marcelo, Lucas e Kevin, **"Acionistas"**; na qualidade de acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade, 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada, da Sociedade, no valor total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) (**"Emissão"** e **"Debêntures Privadas"**, respectivamente), nos termos do *"Instrumento Particular de Escritura de Emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Colocação Privada, da Dux Company S.A."*, a ser celebrado entre a Sociedade e a **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA**, companhia securitizadora, inscrita no CNPJ sob o nº 25.005.683/0001-09 (**"Securitizadora"** e **"Escritura de Emissão Privada"**, respectivamente), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (**"Lei das Sociedades por Ações"**), sendo que a Emissão estará inserida no contexto de uma operação de securitização de recebíveis, a ser realizada pela Securitizadora em observância ao disposto na Lei nº 14.430, de 03 de agosto de 2022, conforme em vigor (**"Lei 14.430"**), e na Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor (**"Resolução CVM 60"**) por meio da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfaria, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, de emissão da Securitizadora (**"Debêntures Públicas"**) e as Debêntures Públicas serão distribuídas por meio de oferta pública, sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme em vigor (**"Oferta"** e **"Resolução CVM 160"**, respectivamente); (ii) a outorga, pela Sociedade, em favor da Securitizadora, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas, da Cessão Fiduciária, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, e de procurações no âmbito da Cessão Fiduciária por prazo de validade equivalente à vigência do Contrato de Cessão Fiduciária, independentemente das limitações temporais para outorga de procuração previstas no Estatuto Social da Sociedade, podendo os administradores e os demais representantes da Sociedade negociarem livremente seus termos e condições; (iii) a celebração da Escritura de Emissão Privada e do Contrato de Cessão Fiduciária, bem como de eventuais aditamentos aos referidos documentos; (iv) a formalização e efetivação da contratação da Securitizadora, do Agente Fiduciário e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como Escriturador, Agente de Liquidação, a B3, o Banco Depositário, dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos; e (v) a ratificação de todos os atos já praticados pelos diretores e demais representantes da Sociedade, relacionados às deliberações que venham a ser tomadas na assembleia, bem como adoção de todas as demais providências necessárias para efetivação das deliberações constantes nesta ata. 5. **Deliberação: RESOLVEM**, por decisão unânime, nos termos do Estatuto Social da Sociedade, **aprovar:** (i) a realização da Emissão, nos termos da Escritura de Emissão Privada, sendo que a Emissão estará inserida no contexto da Oferta e possuirá as características e condições principais descritas a seguir, as quais serão detalhadas e reguladas na Escritura de Emissão Privada: **a) Número da Emissão:** A Emissão representará a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Sociedade; **b) Séries:** A Emissão será realizada em série única; **c) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão das Debêntures Privadas será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão, condicionada à integralização das Debêntures Públicas (**"Valor Total da Emissão"**); **d) Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures Privadas será aquela prevista na Escritura de Emissão Privada (**"Data de Emissão"**); **e) Data de Início da Rentabilidade:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da apuração da Remuneração (conforme abaixo definida) será a Primeira Data de Integralização (conforme abaixo definida) (**"Data de Início da Rentabilidade"**); **f) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures Privadas será de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (**"Valor Nominal Unitário"**); **g) Quantidade de Notas Comerciais:** Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures Privadas, condicionadas à quantidade total das Debêntures Públicas efetivamente integralizadas; **h) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures Privadas serão da forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautela ou de certificados, não conversíveis em ações de emissão da Sociedade. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures Privadas será comprovada pelo Livro de Registro de Debêntures Nominativas. Ademais, a Securitizadora, na qualidade de debenturista, deverá firmar o Boletim de Subscrição das Debêntures, conforme constante da Escritura de Emissão privada, aderindo a todos os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão Privada; **i) Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto na Escritura de Emissão Privada e ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado das Debêntures Privadas previstas na Escritura de Emissão Privada, as Debêntures Privadas terão prazo de vigência de 2184 (dois mil, cento e oitenta e quatro) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se na data a ser prevista na Escritura de Emissão Privada (**"Data de Vencimento"**); **j) Forma de Integralização:** As Debêntures Privadas serão (i) subscritas pela Securitizadora em montantes correspondentes às Debêntures Privadas que forem subscritas; e (ii) integralizadas, em moeda corrente nacional, pela Securitizadora, pelo Preço de Integralização (conforme definido abaixo), nas mesmas datas em que as Debêntures Públicas forem integralizadas (cada uma, uma **"Data de Integralização"**), sendo que (i) na data da 1ª (primeira) integralização das Debêntures Privadas (**"Primeira Data de Integralização"**), as Debêntures Privadas serão integralizadas pelo Valor Nominal Unitário e, (ii) caso aplicável, nas demais datas de integralização, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização (inclusive) das Debêntures Privadas até a data da sua efetiva integralização (exclusive) (**"Preço de Integralização"**), por meio de Transferência Eletrônica Disponível - TED ou outra forma de transferência eletrônica de recursos financeiros, na Conta de Livre Movimento, desde que as condições precedentes previstas na Escritura de Emissão Privada tenham sido cumpridas; **k) Atualização Monetária das Debêntures Privadas:** O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Privadas, conforme o caso, não será atualizado monetariamente. **l) Remuneração das Notas Comerciais:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Privadas, conforme o caso, incidirão, a partir da Primeira Data de Integralização, juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *"over extra grupo"*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>) (**"Taxa DI"**), acrescida de spread de 3,15% (três inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, inclusive, conforme o caso, até o final de cada Período de Capitalização (conforme definido na Escritura de Emissão Privada), exclusive (**"Remuneração"**), calculada de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão Privada. **m) Periodicidade de pagamento da Remuneração:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Oferta de Resgate Antecipado Total, Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Extraordinária Facultativa, Aquisição Facultativa e/ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures Privadas, nos termos previstos na Escritura de Emissão Privada, a Remuneração será paga semestralmente, conforme cronograma a ser descrito na Escritura de Emissão Privada (sendo cada uma das datas de pagamento da Remuneração uma **"Data de Pagamento de Remuneração"**); **n) Amortização das Debêntures Privadas:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Oferta de Resgate Antecipado Total (conforme definido abaixo), Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definido abaixo), Aquisição Facultativa (conforme definido abaixo) e/ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures Privadas, nos termos da Escritura de Emissão Privada, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Privadas, conforme o caso, será amortizado semestralmente conforme tabela constante na Escritura de Emissão Privada (sendo cada data de amortização das Debêntures Privadas uma **"Data de Amortização"**); **o) Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Debêntures Privadas e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Sociedade, nos termos da Escritura de Emissão Privada e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária, serão realizados pela Sociedade, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário e aos Encargos Moratórios diretamente por meio de depósito na Conta Centralizadora e no que se refere a pagamentos referentes à Remuneração, por meio de transferência dos recursos retidos na Conta Vinculada à Conta Centralizadora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; **p) Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impositividade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures Privadas, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (**"Encargos Moratórios"**); **q) Oferta de Resgate Antecipado:** A Sociedade poderá, a qualquer tempo, a partir da data indicada na Escritura de Emissão Privada, realizar uma oferta facultativa de resgate antecipado das Debêntures Privadas e a Securitizadora, por consequência, das Debêntures Públicas, com o consequente cancelamento das Debêntures Privadas efetivamente resgatadas. A Sociedade enviará a oferta facultativa de resgate antecipado das Debêntures Privadas à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário, e a Securitizadora, por consequência, encaminhará a proposta, na forma de oferta de resgate antecipado das Debêntures Públicas, a todos os Debenturistas, na forma prevista na Escritura de Emissão de Debêntures Públicas, que decidirão, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, conforme o que for ofertado pela Emissora, sobre o resgate antecipado das Debêntures Privadas a que se vinculam as Debêntures Públicas de que sejam titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão de Debêntures Públicas (**"Oferta de Resgate Antecipado"**). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures Privadas objeto do resgate será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures Privadas objeto do resgate, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (ii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos, até a data do referido resgate, caso existentes; e (iii) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido, a exclusivo critério da Sociedade, o qual não poderá ser negativo; **r) Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures Privadas:** A Sociedade poderá, a qualquer momento, a partir da data indicada na Escritura de Emissão Privada, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures Privadas (**"Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures Privadas"**). O valor devido pela Sociedade em razão do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures Privadas será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Privadas objeto de resgate antecipado facultativo, conforme o caso, acrescido: (b) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures Privadas (inclusive); (c) de eventuais Encargos Moratórios que sejam devidos e ainda não pagos pela Sociedade, se existentes; e (d) de prêmio flat de 1,00% (um inteiro por cento) incidente sobre o montante devido das Debêntures Privadas (**"Valor do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures Privadas"**); **(s) Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures Privadas:** A Sociedade poderá, a qualquer momento, a partir da data indicada na Escritura de Emissão privada, e a seu exclusivo critério e independentemente da vontade da Securitizadora e/ou dos Debenturistas, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures Privadas, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário (**"Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures Privadas"**), sendo certo que, caso realizada a Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures Privadas, a Securitizadora deverá realizar a amortização extraordinária obrigatória das Debêntures Públicas, nos termos da Escritura de Emissão das Debêntures Públicas. O valor devido pela Sociedade em razão da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures Privadas será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures Privadas objeto da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures Privadas, acrescido (b) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures Privadas (inclusive); (c) de eventuais Encargos Moratórios que sejam devidos e ainda não pagos pela Sociedade, se existentes; e (d) de prêmio flat de 1,00% (um inteiro por cento) incidente sobre o montante devido das Debêntures Privadas (**"Valor da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures Privadas"**); **(t) Aquisição Facultativa:** A Sociedade, pela Escritura de Emissão Privada, renuncia expressamente à faculdade prevista no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo vedada a aquisição facultativa das Debêntures Privadas pela Sociedade; **(u) Dispensa de Registro para Distribuição e Negociação:** As Debêntures Privadas não serão registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado. **(v) Destinação dos Recursos das Debêntures Privadas:** Os recursos líquidos obtidos pela Sociedade em decorrência das Debêntures Privadas serão destinados integralmente à realização de investimentos, reperfilamento de dívidas e reforço de caixa da Sociedade (**"Destinação de Recursos das Debêntures Privadas"**); **(w) Vencimento Antecipado:** As obrigações decorrentes das Debêntures Privadas deverão ser consideradas antecipadamente vencidas, devendo a Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário, considerar, para fins formais, e exigir o imediato pagamento, pela Sociedade, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a data do efetivo pagamento (exclusive), sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos na Escritura de Emissão Privada; **(x) Garantia Real:** Para assegurar o fiel, integral e pontual pagamento da totalidade das obrigações principais e acessórias assumidas pela Sociedade na Escritura de Emissão Privada, incluindo o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a Remuneração e os Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como todos os acessórios ao principal, incluindo os honorários da Securitizadora, indenizações, custos e/ou despesas comprovadamente incorridas pela Securitizadora, inclusive em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures Privadas e da Escritura de Emissão Privada, independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, ou qualquer outra medida, nos termos da Escritura de Emissão Privada (**"Obrigações Garantidas"**), será constituída, pela Sociedade, em favor da Securitizadora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e da legislação aplicável em vigor, cessão fiduciária sobre (a) a totalidade dos direitos detidos pela Sociedade com relação à conta vinculada de titularidade da Sociedade a ser mantida junto à determinada instituição financeira que realizará os serviços de banco depositário e administrador da referida conta vinculada (**"Conta Vinculada"**) e movimentada nos termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Banco Depositário, na qual deverão transitar recursos equivalentes a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do saldo devedor das Debêntures Privadas e na qual será retido o Saldo Mínimo (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), nos termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária; e (b) da titularidade da Conta Vinculada, bem como de todos e quaisquer recursos depositados ou a serem depositados na Conta Vinculada a qualquer tempo, durante o prazo de vigência da Emissão e/ou mantidos na Conta Vinculada, inclusive eventuais aplicações financeiras e o resultado de tais aplicações financeiras, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Banco Depositário, incluindo, sem limitações, recursos, direitos, rendimentos, acréscimos, privilégios, preferências, prerrogativas, ações e pretensões a eles relacionados, presentes ou futuros, bem como todos e quaisquer ativos financeiros, direitos creditórios, valores mobiliários e recursos líquidos depositados e a serem depositados, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária (**"Cessão Fiduciária"**); **(y) Desmembramento:** Não será admitido desmembramento do Valor Nominal Unitário das Debêntures Privadas, da Remuneração das Debêntures Privadas e dos demais direitos conferidos à Securitizadora, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; **(z) Demais condições:** todas as demais condições e regras específicas relacionadas à emissão de Notas Comerciais serão tratadas detalhadamente no Termo de Emissão. (ii) a outorga, pela Sociedade, em favor da Securitizadora, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas, da Cessão Fiduciária, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, e de procurações no âmbito da Cessão Fiduciária por prazo de validade equivalente à vigência do Contrato de Cessão Fiduciária, independentemente das limitações temporais para outorga de procuração previstas no Estatuto Social da Sociedade, podendo os administradores e os demais representantes da Sociedade negociarem livremente seus termos e condições; (iii) a celebração da Escritura de Emissão Privada e do Contrato de Cessão Fiduciária, bem como de eventuais aditamentos aos referidos documentos; (iv) a formalização e efetivação da contratação da Securitizadora, do Agente Fiduciário e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como Escriturador, Agente de Liquidação, a B3, o Banco Depositário, dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos; e (v) a ratificação de todos os atos já praticados pelos diretores e demais representantes da Sociedade, relacionados às deliberações que venham a ser tomadas na assembleia, bem como adoção de todas as demais providências necessárias para efetivação das deliberações acima. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária e lavrada esta ata. Os Acionistas presentes aprovaram a lavratura da ata na forma de sumário, nos termos do §1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações, e a sua publicação com a omissão da assinatura dos acionistas, nos termos do §2º do artigo 130 da Lei das S.A. Após, esta ata foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelos Acionistas da Sociedade. Acionistas Presentes: Lucas Fornaza Barhum, Marcelo Magalhães Castro Boaventura Pacifico, Kevin Bergwerk Banach e XP Private Equity II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (p. Fábio Moraes Kann e Maria Alice Pierry Amorosino). Confere com a original lavrada no livro próprio. São Paulo, 20 de maio de 2025. **Mesa:** Marcelo Magalhães Castro Boaventura Pacifico - Presidente, Fábio Moraes Kann - Secretário. JUCESP nº 195.343/25-6 em 26/05/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

